

SOLON SEHN

**CURSO DE
DIREITO
ADUANEIRO**



- O autor deste livro e a editora empenharam seus melhores esforços para assegurar que as informações e os procedimentos apresentados no texto estejam em acordo com os padrões aceitos à época da publicação, e todos os dados foram atualizados pelo autor até a data de fechamento do livro. Entretanto, tendo em conta a evolução das ciências, as atualizações legislativas, as mudanças regulamentares governamentais e o constante fluxo de novas informações sobre os temas que constam do livro, recomendamos enfaticamente que os leitores consultem sempre outras fontes fidedignas, de modo a se certificarem de que as informações contidas no texto estão corretas e de que não houve alterações nas recomendações ou na legislação regulamentadora.
- Fechamento desta edição: 22.03.2021
- O Autor e a editora se empenharam para citar adequadamente e dar o devido crédito a todos os detentores de direitos autorais de qualquer material utilizado neste livro, dispondo-se a possíveis acertos posteriores caso, inadvertida e involuntariamente, a identificação de algum deles tenha sido omitida.
- **Atendimento ao cliente: (11) 5080-0751 | faleconosco@grupogen.com.br**
- Direitos exclusivos para a língua portuguesa
Copyright © 2021 by
Editora Forense Ltda.
Uma editora integrante do GEN | Grupo Editorial Nacional
Travessa do Ouvidor, 11 – Térreo e 6º andar
Rio de Janeiro – RJ – 20040-040
www.grupogen.com.br
- Reservados todos os direitos. É proibida a duplicação ou reprodução deste volume, no todo ou em parte, em quaisquer formas ou por quaisquer meios (eletrônico, mecânico, gravação, fotocópia, distribuição pela Internet ou outros), sem permissão, por escrito, da Editora Forense Ltda.
- Capa: Fabricio Vale
- **CIP – BRASIL. CATALOGAÇÃO NA FONTE.**
SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ.

Sehn, Solon

Curso de Direito Aduaneiro / Solon Sehn. – 1. ed. – Rio de Janeiro: Forense, 2021.

Inclui bibliografia
ISBN 978-65-596-4090-4

1. Tarifas alfandegárias – Legislação – Brasil. 2. Administração alfandegária – Legislação – Brasil. 3. Comércio internacional – Regulamentação – Brasil. I. Título.

21-69984

CDU: 34:339.543(81)

Leandra Felix da Cruz Candido – Bibliotecária – CRB-7/6135

SUMÁRIO

CAPÍTULO I – DIREITO ADUANEIRO	1
AUTONOMIA.....	1
1.1 Premissas e divergências doutrinárias.....	1
1.2 Coesão temático-finalística da matéria aduaneira.....	2
1.2.1 Tributação e aduana.....	2
1.2.2 Organicidade da legislação aduaneira.....	6
2 FONTES FORMAIS	7
2.1 Constituição Federal.....	7
2.1.1 Preeminência hierárquico-normativa da Constituição	7
2.1.2 Natureza analítica da Constituição Federal de 1988	9
2.2 Lei complementar e normas gerais de direito tributário.....	10
2.2.1 Conceito ontológico-formal de lei complementar	10
2.2.2 Hierarquia da lei complementar	14
2.2.3 Hierarquia do Código Tributário Nacional.....	18
2.2.4 CTN e o Decreto-Lei nº 37/1966.....	18
2.2.5 Conceito de normas gerais de direito tributário.....	19
2.3 Tratados Internacionais	21
2.4 Atividade legislativa do Poder Executivo.....	24
2.4.1 Medidas provisórias e decretos-lei.....	24
2.4.2 Decretos, regulamentos e outros atos normativos.....	28
 CAPÍTULO II – TRIBUTOS ADUANEIROS.....	 31
1 NORMA E TRIBUTO	31
2 IMPOSTO DE IMPORTAÇÃO	33
2.1 Princípios jurídicos	33
2.1.1 Normatividade e vinculação.....	33
2.1.2 Legalidade e definição das alíquotas do imposto.....	35
2.1.3 Anterioridade, segurança jurídica e proteção da confiança	38
2.1.4 Extrafiscalidade e isonomia.....	39
2.1.4.1 Limitações constitucionais	41

2.1.4.2	Limitações convencionais: cláusulas da nação mais favorecida e do tratamento nacional	44
2.1.5	Princípio da valoração aduaneira pelo valor real	50
2.2	Regra-matriz de incidência tributária	52
2.2.1	Hipótese de incidência	52
2.2.1.1	Critério material.....	53
2.2.1.1.1	Conceito jurídico de importação.....	54
2.2.1.1.2	Complemento do critério: produtos ou mercadorias	64
2.2.1.1.3	Bens nacionais exportados: incidência na reimportação	65
2.2.1.2	Critério espacial: território aduaneiro	69
2.2.1.3	Critério temporal	71
2.2.1.3.1	Produtos despachados para consumo.....	71
2.2.1.3.2	Bagagem, remessa postal e encomenda aérea internacional.....	72
2.2.1.3.3	Mercadorias extraviadas	72
2.2.1.3.4	Ingresso clandestino	73
2.2.1.3.5	Retomada do despacho no abandono de mercadorias	74
2.2.2	Consequência tributária.....	74
2.2.2.1	Sujeito ativo	74
2.2.2.2	Sujeito passivo	74
2.2.2.2.1	Contribuinte	75
2.2.2.2.2	Responsáveis.....	77
2.2.2.3	Base de cálculo	86
2.2.2.3.1	Acordo de Valoração Aduaneira	86
2.2.2.3.2	Importância da valoração aduaneira	87
2.2.2.3.3	Realidade do direito brasileiro	87
2.2.2.3.4	Dificuldades decorrentes da técnica legislativa adotada pelo AVA.....	88
2.2.2.3.5	Atos interpretativos dos Comitês Técnicos de Valoração.....	88
2.2.2.3.6	Métodos de valoração aduaneira	90
2.2.3	Alíquota.....	134
2.2.3.1	Alíquotas específicas e <i>ad valorem</i>	134
2.2.3.2	Órgão competente para a definição das alíquotas.....	135
2.2.3.3	Redução tarifária temporária na condição de <i>ex-tarifário</i>	136
2.2.3.4	Modificações na alíquota e segurança jurídica	136
2.2.3.5	Classificação aduaneira	137
2.2.3.6	Origem	143

2.3	Imunidades e isenções	144
2.3.1	Diferenciação entre imunidades e isenções.....	144
2.3.2	Pressupostos constitucionais para a regulamentação de imunidades	144
2.3.3	Isenções, lei específica e extensão fundada em isonomia.....	146
2.3.4	Imunidades em espécie	148
2.3.4.1	Imunidade recíproca das pessoas políticas.....	148
2.3.4.2	Imunidade dos templos de qualquer culto	152
2.3.4.3	Imunidade dos partidos políticos, entidades sindicais de trabalhadores, instituições de educação e de assistência social.....	153
2.3.4.4	Imunidade de livros, jornais e papéis destinados à sua impressão	157
2.3.5	Isenções em espécie	158
2.3.5.1	Pressupostos gerais de aplicabilidade.....	158
2.3.5.2	Importações da União, dos Estados, Distrito Federal e Municípios	161
2.3.5.3	Partidos políticos, instituições de educação ou de assistência social.....	162
2.3.5.4	Livros, jornais, periódicos e do papel destinado à sua reprodução	162
2.3.5.5	Isenções diversas.....	162
3	IMPOSTO DE EXPORTAÇÃO	166
3.1	Princípios jurídicos	166
3.2	Regra-matriz de incidência tributária	167
3.2.1	Hipótese de incidência	167
3.2.1.1	Critério material.....	168
3.2.1.1.1	Conceito jurídico de exportação.....	168
3.2.1.1.2	Operações <i>back to back</i>	168
3.2.1.1.3	Vendas para empresas comerciais exportadoras	169
3.2.1.1.4	Vendas para a Zona Franca de Manaus	171
3.2.1.1.5	Mercadoria exportada que permanece no país.....	172
3.2.1.1.6	Mercadoria admitida em depósito alfandegado certificado.....	173
3.2.1.2	Critério espacial	173
3.2.1.3	Critério temporal	174
3.2.2	Consequência tributária.....	174
3.2.2.1	Critério pessoal	174
3.2.2.2	Critério quantitativo	174
3.3	Imunidades e isenções	176

4	DEMAIS TRIBUTOS INCIDENTES NO COMÉRCIO INTERNACIONAL	177
4.1	Imposto sobre Produtos Industrializados	177
4.1.1	Princípios jurídicos.....	177
4.1.1.1	Estrita legalidade e definição das alíquotas do imposto	177
4.1.1.2	Anterioridade mínima	177
4.1.1.3	Isonomia e cláusula do tratamento nacional (Artigo III do Gatt 1994)	178
4.1.1.4	Seletividade e extrafiscalidade.....	182
4.1.1.5	Não cumulatividade	183
4.1.2	Regra-matriz de incidência tributária.....	185
4.1.2.1	Hipótese de incidência	185
4.1.2.1.1	CrITÉrio material.....	185
4.1.2.1.2	CrITÉrio espacial	191
4.1.2.1.3	CrITÉrio temporal	191
4.1.2.2	Consequência tributária.....	192
4.1.3	Imunidades e isenções.....	194
4.1.3.1	Imunidades tributárias gerais.....	194
4.1.3.2	Imunidades na importação de energia elétrica, derivados de petróleo, combustíveis e minerais	194
4.1.3.3	Isenções análogas ao imposto de importação	195
4.2	PIS-COFINS	195
4.2.1	Princípios jurídicos.....	195
4.2.1.1	Anterioridade nonagesimal.....	195
4.2.1.2	Não cumulatividade	195
4.2.1.3	Isonomia e tratamento nacional	196
4.2.2	Regra-matriz de incidência tributária	199
4.2.2.1	Hipótese de incidência	199
4.2.2.2	Consequência tributária.....	200
4.2.2.2.1	Sujeitos ativo e passivo.....	200
4.2.2.2.2	Base de cálculo	200
4.2.2.2.3	Alíquota.....	201
4.2.3	Não cumulatividade.....	203
4.2.3.1	Aplicabilidade e hipóteses de creditamento	203
4.2.3.2	Cálculo do crédito.....	203
4.2.3.3	Questões controvertidas na Jurisprudência	204
4.2.3.3.1	Insumos	204
4.2.4	Imunidades e isenções.....	210
4.3	Cide Combustíveis	213
4.4	Taxa do Siscomex	215

4.4.1	Constitucionalidade da taxa de utilização do Siscomex.....	215
4.4.2	Aumento do valor da taxa pela Portaria MF nº 257/2011	215
4.5	ICMS.....	217
4.5.1	Princípios jurídicos.....	217
4.5.1.1	Seletividade e extrafiscalidade.....	217
4.5.1.2	Não cumulatividade	217
4.5.1.3	Isonomia e tratamento nacional	218
4.5.2	Regra-matriz de incidência tributária.....	219
4.5.2.1	Hipótese de incidência.....	219
4.5.2.1.1	Critério material.....	220
4.5.2.1.2	Critério espacial	221
4.5.2.1.3	Critério temporal	222
4.5.2.2	Consequência tributária	222
4.5.2.2.1	Sujeito ativo	222
4.5.2.2.2	Sujeito passivo	226
4.5.2.2.3	Base de cálculo	226
4.5.2.2.4	Alíquota.....	229
CAPÍTULO III – PAGAMENTO E REPETIÇÃO DO INDÉBITO.....		231
1	LANÇAMENTO TRIBUTÁRIO	231
1.1	Autolançamento no despacho de importação	231
1.2	Lançamento de ofício suplementar	232
1.2.1	Interrupção do despacho aduaneiro.....	232
1.2.1.1	Conferência aduaneira e exigências no Siscomex	232
1.2.1.2	Retenção de produtos, pagamento e garantia	234
1.2.1.3	Desembaraço aduaneiro	238
1.2.2	Revisão aduaneira.....	239
1.2.2.1	Ato final do despacho aduaneiro de importação.....	239
1.2.2.2	Limitações decorrentes do princípio constitucional da proteção da confiança	240
1.2.2.3	Revisão do lançamento de ofício	247
1.3	Lançamento e pagamento do ICMS	251
1.4	Lançamento e pagamento do imposto de exportação.....	251
2	PRESCRIÇÃO E DECADÊNCIA.....	251
3	REPETIÇÃO DO INDÉBITO.....	254
CAPÍTULO IV – REGIMES ADUANEIROS ESPECIAIS.....		255
1	ASPECTOS GERAIS	255
1.1	Conceito	255

1.2	Natureza jurídica	256
1.3	Exigência de lei específica (CF, art. 195, § 6º).....	261
1.4	Modalidades de lançamento tributário	263
1.5	Multa de ofício isolada.....	265
1.6	Requisitos legais (“condições”)	266
1.7	Inadimplemento e cumprimento inexato	268
2	ADMISSÃO TEMPORÁRIA	274
2.1	Conceito e natureza jurídica	274
2.2	Aplicabilidade, prazos e requisitos legais	277
2.3	Extinção	279
2.4	Descumprimento e penalidades.....	279
3	TRÂNSITO ADUANEIRO.....	283
3.1	Conceito, natureza jurídica e modalidades.....	283
3.2	Manifestação de embarque para trânsito na exportação	285
3.3	Despacho para trânsito de passagem e de entrada	286
3.4	Exigência dos tributos em caso de extravio ou avaria	288
3.5	Extinção, descumprimento e penalidades	290
4	DRAWBACK	292
4.1	Importância.....	292
4.2	Modalidades e natureza jurídica	294
4.3	<i>Drawback</i> suspensão	297
4.3.1	Competência, beneficiários, prazo e procedimentos	297
4.3.2	Regularidade fiscal no desembaraço	299
4.3.3	Vedações e aquisições abrangidas pela desoneração	300
4.3.4	Fungibilidade e vinculação física	303
4.3.5	Industrialização.....	309
4.3.6	Fornecimento interno em decorrência de licitação internacional	310
4.3.7	<i>Drawback</i> para a industrialização de embarcações	311
4.3.8	Encerramento do ato concessório perante a Secex.....	311
4.3.9	Inadimplemento e cumprimento inexato.....	314
4.3.9.1	Fiscalização da extinção pela RFB.....	314
4.3.9.2	Divergência jurisprudencial sobre o adimplemento	314
4.3.9.3	Diferenciação entre as formas de inadimplemento...	320
4.3.10	Juros e multa de mora.....	321
4.3.11	Prescrição e decadência.....	323
4.4	<i>Drawback</i> -isenção	324
4.5	<i>Drawback</i> -restituição	325
5	ENTREPOSTO ADUANEIRO	326
5.1	Conceito, modalidades e natureza jurídica.....	326

5.2	Aplicabilidade, prazos e requisitos legais	330
5.2.1	Entrepósito aduaneiro na importação	330
5.2.2	Entrepósito aduaneiro na exportação	335
5.3	Extinção	336
5.4	Descumprimento e penalidades	338
5.5	Submodalidades	340
5.5.1	Loja franca	340
5.5.2	Depósito especial	341
5.5.3	Depósito afiançado	343
5.5.4	Depósito alfandegado certificado	344
5.5.5	Depósito franco	344
6	ENTREPÓSITO INDUSTRIAL (RECOF)	345
6.1	Conceito, modalidades e natureza jurídica	345
6.2	Habilitação, prazos e requisitos legais	346
6.3	Destinações e extinção	349
6.4	Renúncia	351
6.5	Mercadorias em estoque após o encerramento da vigência	352
6.6	Descumprimento e penalidades	353
7	EXPORTAÇÃO TEMPORÁRIA	358
7.1	Conceito e natureza jurídica	358
7.2	Aplicabilidade, prazos e requisitos legais	358
7.3	Extinção, descumprimento e penalidades	360
8	ADMISSÃO TEMPORÁRIA PARA UTILIZAÇÃO ECONÔMICA	361
8.1	Conceito e natureza jurídica	361
8.2	Aplicabilidade, prazos e requisitos legais	363
8.3	Extinção	364
8.4	Juros de mora na prorrogação e no despacho para consumo	365
8.5	Descumprimento e penalidades	369
9	ADMISSÃO TEMPORÁRIA PARA APERFEIÇOAMENTO ATIVO	371
9.1	Conceito e natureza jurídica	371
9.2	Prazos, requisitos, extinção e descumprimento	371
10	RECOM	372
11	EXPORTAÇÃO TEMPORÁRIA PARA APERFEIÇOAMENTO PASSIVO	374
12	REPETRO	374
12.1	Conceito, modalidades e natureza jurídica	374
12.2	Repetro-Sped	376
12.2.1	Aplicabilidade e vedações	376
12.2.2	Habilitação	378

12.2.3	Habilitação, requisitos e termo de responsabilidade.....	380
12.2.4	Extinção.....	382
12.2.5	Nova admissão	384
12.2.6	Não conhecimento, descumprimento e penalidades	386
12.3	Repetro-Industrialização.....	389
12.3.1	Habilitação, aplicabilidade e prazos.....	389
12.3.2	Extinção.....	392
12.3.3	Descumprimento e penalidades.....	393
13	REPEX.....	394
14	REPORTO	395
15	ÁREAS DE LIVRE COMÉRCIO.....	396
16	ZONAS DE PROCESSAMENTO DE EXPORTAÇÃO	396
CAPÍTULO V – INFRAÇÕES E PENALIDADES		399
1	INFRAÇÕES.....	399
1.1	Conceito	399
1.2	Infrações omissivas e dever de agir.....	400
1.3	Espécies de infrações	400
1.4	Natureza objetiva das infrações aduaneiras.....	401
1.5	Culpabilidade: culpa e dolo.....	403
1.6	Responsabilidade por infrações.....	403
1.6.1	Princípio da pessoalidade	403
1.6.2	Coautoria e participação.....	404
1.6.3	Beneficiários da infração	406
1.6.4	Proprietário e consignatários de veículos.....	406
1.6.5	Comandante ou condutor.....	407
1.6.6	Despachantes aduaneiros.....	407
1.6.7	Importador por conta e ordem ou por encomenda	407
2	PENALIDADES.....	409
2.1	Conceito e espécies	409
2.2	Aplicação	410
2.2.1	Competência	410
2.2.2	Gradação	410
2.2.3	Penalização do concurso de infrações e da continuidade delitiva.....	411
2.2.4	Concurso aparente.....	411
2.2.5	Vedações à penalização	413
2.2.6	Denúncia espontânea	414
2.2.7	Penalização e cobrança dos tributos.....	418

3	PENA DE PERDIMENTO	418
3.1	Natureza jurídica da pena	418
3.1.1	Não recepção pela Constituição Federal de 1988	418
3.1.2	Infração de aptidão	419
3.2	Perdimento do veículo	421
3.2.1	Veículo em situação ilegal	421
3.2.2	Carga ou descarga em local não habilitado	421
3.2.3	Atracação e proximidade com risco de transbordo em zona primária	422
3.2.4	Embarcação sem nome de registro destacada e visível	423
3.2.5	Transporte de mercadoria sujeita ao perdimento	423
3.2.6	Desvio de rota no trânsito aduaneiro	424
3.2.7	Abandono de veículo	424
3.3	Perdimento da mercadoria	425
3.3.1	Aplicabilidade em relação aos bens do ativo imobilizado	425
3.3.2	Tipos infracionais	425
3.3.3	Falsificação de documento de instrução obrigatória	427
3.3.4	Abandono e retomada do despacho	428
3.3.5	Interposição fraudulenta	429
3.3.6	Perdimento de diamantes brutos	445
3.3.7	Multa substitutiva do perdimento	445
3.4	Perdimento de moeda	445
4	MULTAS	446
4.1	Multas na importação	446
4.1.1	Tipos de infrações e penalidades	446
4.1.2	Multa no extravio	448
4.1.3	Multa pelo subfaturamento	448
4.1.3.1	Caracterização da infração	448
4.1.4	Multas administrativas ao controle das importações	453
4.1.4.1	Tipicidade, percentuais e limites	453
4.1.4.2	Aplicabilidade no licenciamento automático	457
4.1.5	Descumprimento dos requisitos legais da admissão temporária e da admissão temporária para aperfeiçoamento ativo	458
4.1.6	Registro especial em operações de importação de papel imune ..	458
4.1.7	Multa por erro no preenchimento da DI, inclusive classificação fiscal indevida de mercadorias	459
4.1.7.1	Erro sem culpa ou dolo	459
4.1.7.2	Multa por classificação aduaneira indevida	462
4.1.8	Multa pelo descumprimento do dever instrumental de conservação dos documentos de instrução obrigatória da DI	464

4.2	Multas na exportação.....	465
4.3	Multas comuns à importação e à exportação	466
4.3.1	Multa de ofício.....	466
4.3.1.1	Tipicidade e qualificação.....	466
4.3.1.2	Agravamento nos casos de não atendimento de intimação fiscal.....	468
4.3.1.3	Multa de ofício no lançamento para prevenir decadência	470
4.3.1.4	Multa de ofício isolada nos regimes aduaneiros especiais	471
4.3.2	Multa no comércio de diamantes brutos	471
4.3.3	Multas aduaneiras fixas.....	472
4.3.3.1	Tipificação e valores	472
4.3.3.2	Desacato à autoridade aduaneira	476
4.3.3.3	Embaraço à fiscalização	476
4.3.3.4	Deixar de prestar informações	477
4.3.3.5	Multa diária no <i>drawback</i> suspensão	488
4.3.3.6	Multa específica do art. 75 da Lei nº 10.833/2003.....	489
4.4	Redução das multas.....	490
5	SANÇÕES ADMINISTRATIVAS	491
5.1	Sujeição passiva: intervenientes em operações de comércio exterior	491
5.2	Tipificações e penalidades	491
5.3	Ilegalidade da sanção do desalfandegamento.....	493
5.4	Competência e gradação das penalidades.....	495
6	RELEVAÇÃO DE PENALIDADES	496
7	INFRAÇÕES PRATICADAS PELOS ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA..	497
8	DECADÊNCIA, PRESCRIÇÃO E PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE.....	497
	REFERÊNCIAS	501